

COLEÇÃO ESTUDOS DA ESCOLA MINEIRA DE PROCESSO
Volume 5

Luciano Henrik Silveira Vieira

O Processo de Execução no Estado Democrático de Direito

(Com remissões ao Novo Código de Processo Civil)

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Luciano Henrik Silveira Vieira

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: José Roberto dos Santos Lima

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V658p

Vieira, Luciano Henrik Silveira.

O processo de execução no estado democrático de direito / Luciano Henrik Silveira Vieira. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

362 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 226-249.

ISBN 978-85-8440-050-8

1. Execuções (Direito) - Brasil. 2. Processo civil - Brasil.
3. Estado de direito - Brasil. I. Título.

CDD - 347.81077

Sumário

Primeira Parte

Observância da principiologia processual-constitucional no processo de execução	5
1. Propedêutica processual e reconstrução dos paradigmas processuais	5
1.1. Nota introdutória	5
1.2. Liberalismo processual	6
1.3. Socialismo processual.....	9
1.3.1. A crise do Estado Social e sua projeção para o direito processual	13
1.4. Democratização do processo civil: o processualismo constitucional democrático e a contribuição de Elio Fazzalari.....	18
1.5. Obsolescência da aposição das normas processuais como secundárias ou instrumentais.....	31
1.6. Direito de ação, ação e pretensão.....	34
2. Processo constitucionalizado	47
2.1. O processo constitucional	47
2.1.1. O processo constitucionalizado como garantidor dos direitos fundamentais	56
2.2. Devido processo constitucional e legitimidade normativa.....	62
2.3. O acesso processualizado à jurisdição como direito fundamental	72
2.4. Processo e procedimento no Estado Democrático de Direito..	83
3. Observância da principiologia processual-constitucional no processo de execução.....	99

3.1. Nota introdutória	99
3.2. A atuação jurisdicional na execução.....	100
3.3. O direito à execução como direito constitucional de ação	108
3.4. Os princípios como normas jurídicas	116
3.5. Dignidade da pessoa humana.....	120
3.6. Devido processo legal.....	126
3.6.1. O destaque ao contraditório além do ordenamento jurídico brasileiro.....	132
3.6.2. O contraditório no procedimento executivo	136
3.7. Reserva legal.....	142

Segunda Parte

Temas do procedimento executivo.....	153
1. Noções preliminares	153
1.1. Procedimento cognitivo e procedimento executivo.....	153
1.2. Noção conceitual clássica.....	155
1.3. Princípios relevantes para a execução	156
2. Esboço de uma teoria geral do processo de execução.....	161
2.1. Execução processualizada.....	161
2.2. Mérito na execução	163
2.3. Execução e devido processo	164
3. Competência.....	167
3.1. As competências para conhecimento da execução dos títulos executivos judiciais e extrajudiciais.....	167
3.2. Cumulação de execuções.....	170
3.3. Competência para a execução fiscal.....	171
4. Legitimidade para a execução	173
4.1. Legitimidade originária, derivada e extraordinária.....	173
4.2. Legitimidade ativa para a execução	173
4.3. Legitimidade passiva para a execução.....	175

5. Requisitos necessários para realizar qualquer execução.....	179
6. Título executivo	181
6.1. O título executivo	181
6.2. Os títulos executivos judiciais	182
6.3. Os títulos executivos extrajudiciais.....	185
6.4. Impossibilidade de propositura de ação que cause prejudicialidade à instauração da execução	189
7. Liquidação de sentença.....	191
7.1. Noções introdutórias.....	191
7.2. Liquidação que conclui pelo valor “zero”	194
7.3. Liquidação por arbitramento.....	194
7.4. Liquidação por artigos.....	195
7.5. Liquidação por cálculo aritmético.....	196
8. Responsabilidade patrimonial.....	199
8.1. Bens sujeitos à responsabilidade patrimonial	200
8.2. Fraude contra credores.....	203
8.3. Fraude de execução	205
8.4. Alienação de bem penhorado	208
9. Das várias espécies de execução	211
9.1. Noções gerais.....	211
9.2. Execução para entrega de coisa certa.....	212
9.3. Execução para entrega de coisa incerta.....	215
9.4. Execução das obrigações de fazer.....	216
9.5. Execução das obrigações de não fazer	218
9.6. Os meios de coerção.....	220
9.7. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	221
9.7.1. Cumprimento provisório da sentença (ou execução provisória).....	228
10. A penhora	231

10.1. Efeitos da penhora.....	232
10.2. Bens impenhoráveis.....	234
10.2.1. Impenhorabilidade Absoluta.....	235
10.2.2. Impenhorabilidade relativa.....	235
10.2.3. Impenhorabilidade dos bens de residência	236
10.3. Formalização da penhora	238
10.3.1. Equivocidade terminológica da expressão “penhora on-line”	239
10.4. Avaliação dos bens penhorados	242
10.5. Penhora efetivada por carta precatória	243
11. Atos expropriatórios	245
11.1. Adjudicação.....	245
11.2. Alienação por iniciativa particular	246
11.3. Alienação em hasta pública	247
12. Do pagamento ao exequente	251
12.1. Pagamento por entrega de dinheiro	251
12.2. Pagamento por adjudicação.....	252
12.3. Pagamento por usufruto de bem móvel ou imóvel	253
13. Execuções especiais.....	255
13.1. Execução fundada em título executivo judicial atípico.....	255
13.2. Execução contra a Fazenda Pública	256
13.3. Execução de prestação alimentícia.....	259
13.4. Execução fiscal	261
14. Respostas do executado	265
14.1. Nota introdutória	265
14.2. Espécies típicas	266
14.2.1. O procedimento dos embargos do executado e da impugnação ao cumprimento da sentença	274
14.3. Insuficiência dos meios impugnativos previstos no Código de Processo Civil.....	281

14.4. Outorga constitucional para a utilização das defesas atípicas (heterotópicas).....	283
14.4.1. A ação rescisória.....	288
14.4.2. A ação anulatória.....	290
14.4.3. A ação declaratória de inexistência de relação jurídica...293	
14.4.4. A ação declaratória de falsidade de documento.....	294
14.4.5. O mandado de segurança.....	296
14.4.6. Os embargos de terceiro.....	298
15. Execução por quantia certa contra devedor insolvente	301
15.1. Nota introdutória	301
15.2. A declaração de insolvência.....	302
15.2.1. Generalidades.....	302
15.2.2. O pedido de insolvência feito por credor.....	303
15.2.3. O pedido de insolvência feito pelo devedor ou por seu espólio.....	304
15.2.4. A declaração judicial da insolvência e seus efeitos	304
15.3. A execução universal	305
15.3.1. Verificação e classificação dos créditos	306
15.3.2. Repercussão quanto aos credores retardatários	307
15.4. Extinção das obrigações	308
Bibliografia.....	311